

Laranjeiras – Educação em territórios afrodescendentes sergipanos.

Maria Batista Lima

PROPEd – UERJ / NEEPP

O presente trabalho tem como base uma interpretação dos dados iniciais recolhidos para pesquisa em andamento no Mestrado em Educação na Universidade do Rio de Janeiro, sobre apropriação educacional nos territórios de predominância afrodescendentes sergipanos. Tem como objetivos apresentar referências de repertórios culturais afrodescendentes, presentes no município sergipano de Laranjeiras, bem como refletir sobre o tratamento dado pela prática pedagógica local a esses repertórios.

Laranjeiras, um dos 76 municípios do Estado de Sergipe, é conhecido como “Berço da Cultura Negra Sergipana”¹, está localizado no Leste Sergipano, na microrregião denominada de Vale do Cotinguiba, importante zona açucareira do Estado, à margem do Rio Cotinguiba e dista, em linha reta, aproximadamente 18 Km da capital do Estado, Aracaju. Tem uma área de 163,4 Km² e 21.310 habitantes, 88,8% deles afrodescendentes², tendo sido durante o século XIX um dos centros urbanos comerciais e culturais da então Província de Sergipe. Hoje, algumas famílias, descendentes das antigas famílias proprietárias de engenhos, donas de usinas, indústrias e fazendas, concentram o poder econômico e político, há uma evidente desigualdade social, apontada na pobreza da maioria, bem como nas expectativas sentidas, principalmente, nos discursos dos jovens afrodescendentes ouvidos em recente pesquisa.

A economia local, centrada na cana-de-açúcar (201.210 toneladas em 1996)³, na produção do coco e de frutas de época, na indústria de cimento, de amônia e uréia, na forma como tem sido conduzida, tem acentuado as desigualdades nas condições de vida das diferentes etnias. Notadamente, o contingente afrodescendente se concentra nos subempregos das usinas, nas ocupações de menor valor social. Soma-se a isso um aparente sentimento de acomodação, impotência diante da política do clientelismo que parece resistir mais fortemente nesse espaço, como resquício do velho coronelismo dos engenhos.

Não obstante esse quadro, interpretado à luz ao primeiro olhar e dos dados iniciais coletados, a predominância estatística de afrodescendentes (pretos e pardos, segundo o IBGE), o discurso de enaltecimento das raízes africanas, com a venda turística do slogan de “Berço da Cultura Negra de Sergipe”, indícios de repertórios culturais de base africana evidentes em por boa parte da vivência de sua população e uma história construída na base da participação africana e afrodescendente, compõem diferenciais que nos permite categorizar esse município como território de predominância afrodescendente, tomando como referências as concepções de território de Santos(1994), de territórios negros de Leite (1991), de afrodescendência e etnias afrodescendentes de Cunha Júnior (1996, 1998) e de culturas negras de Muniz Sodré (1983).

Essas categorias, que embasam nosso entendimento do contexto laranjeirense, têm em comum o caráter histórico-político em suas concepções, a exemplo da construção conceptual de território de Santos (1994) como socialmente construído e historicamente determinado pelas relações de apropriação que nele se realizam.

Cunha Júnior (1996, 1998) justifica sua opção pelas categorias de etnias e afro-descendência, pelo caráter político das mesmas, que fogem aos conceitos biologizantes e priorizam um conjunto de fatores sócio-históricos, culturais, religiosos, geográficos, marcado no nosso caso de afrodescendentes, por referenciais comuns de origem ancestral negra, qual seja a nossa trajetória na diáspora africana, composta de sofrimento, resistência e luta no passado escravista e na atualidade, quando ainda lutamos contra as estratégias produtoras de desigualdades que nos atinge.

No enfoque das culturas negras ou afrodescendentes, utilizo como suporte as construções de Sodré (1983, p. 53), acerca da cultura como “metáfora do movimento do sentido (...) como busca de relacionamento com o seu real”, estando assim as culturas negras ou afrodescendentes implicadas nas ações e sentidos processados nas relações sócio-históricas e políticas estabelecidas no decorrer da trajetória da população negra nesse

território. Assim, as culturas afrodescendentes aqui existentes são próprias das relações aqui estabelecidas, dinâmicas, fruto de aproximações, ambivalências, lutas processadas nos diversos âmbitos na sociedade e nos campos ideológicos que sustentam essas relações, não cabendo no reducionismo da pura transplantação de prática africana ou numa pretensa dissociação do caráter político-ideológico.

Nos territórios sergipanos de predominância afrodescendente, os repertórios culturais de base africana convivem de perto com formas discordantes culturais racistas, que reduzem, minimizam e invisibilizam a participação afrodescendente na composição da sociedade sergipana e agudizam sua situação de exclusão dos bens culturais produzidos, reduzindo nossas culturas e seu usufruto ao patamar das manifestações culturais denominadas de populares ou folclóricas. Nega-se o caráter intelectual, político, produtivo e simbólico das culturas de base africana, excluindo dos nossos a possibilidade de autonomia política.

A predominância afrodescendente do município de Laranjeiras, de modo geral, e mais evidentemente em algumas comunidades rurais, fala de evidências identitárias afrodescendentes pujantes, mas algumas práticas e fatos presentes também falam de uma realidade onde o *continuum* de cor⁴ também tem seu uso corrente, onde ainda se discrimina abertamente, como indiciam recentes casos de racismo explícito levados à justiça por afrodescendentes desse território. A transformação das manifestações culturais das comunidades, pelos órgãos oficiais, em grupos folclóricos de exibição pública, parece não ter trazido melhorias significativas à vida das comunidades, apesar dos discursos de alguns dos componentes desse contexto de contribuição na revitalização de alguns dos grupos. O compromisso de exposição ao público externo em contrapartida ao fornecimento de indumentária, parece ter reduzido na comunidade uma vivência secular cotidiana própria e dado um caráter de exotização dessas práticas. Por exemplo, os depoimentos da comunidade indicam que a prática do Samba de Parelha⁵ como vivência no interior da comunidade parece ter paulatinamente se reduzido a partir do momento em que um grupo aceitou ser caracterizado institucionalmente como grupo folclórico, com indumentária e evolução estabelecidas.

O fato de ter 88,8% de afrodescendente na população e todas essas práticas culturais na vida das comunidades não parecem trazer diferenciais significativos à prática pedagógica aí processada. Mesmo que se trate da prática pedagógica de um contexto escolar predominantemente afrodescendente de pele escura, como é o caso da Comunidade da Mussuca, comunidade rural apontada pelo discurso corrente na sede do Município, como *quilombo, lugar de preto mais preto ou de africano legítimo*.

Ao direcionar o nosso olhar para a escola, vemos que, como microcosmo desse espaço mais amplo, que é a sociedade, ela é ainda predominantemente eivada de concepções contraditórias e as práticas nela processadas, de modo geral ainda se prestam a uma versão homogeneizadora da sociedade e a um tratamento racista para com a parcela majoritária da sociedade. Como exemplo, temos os discursos incorporados por parte significativa dos sujeitos desse espaço, que referendam a versão brancocêntrica euro-norte-americana da história e da sociedade. Ainda somos colocados sob a ótica cristalizada de apêndice da história, de portadores de subculturas, de peças de um passado eternizado na imagem do escravo servil. Comemoração dos 500 anos? Crianças negras representando os escravos, crianças brancas vivendo a princesa Isabel assinando a lei da discutível liberdade, indígenas fantasiados, ausência da valorização negra ancestral e presente e os grandes representantes do heroísmo eurocêntrico no pódio dos discursos em sala de aula, nos desfiles e nos trabalhos escolares. Exceções? Evidente que existem e, felizmente, em número crescente, mas não nos propomos nesse momento focalizar as exceções, mas as regras racistas que precisam ser continuamente quebradas.

Discursos e referenciais sobre afrodescendência nos contextos locais

Sergipe, o menos extenso estado brasileiro, situado na Região Nordeste, possui 21.994 (Vinte e um mil, novecentos noventa e quatro) Km² e 1.624.175 (um milhão, seiscentos vinte e quatro mil, cento setenta e cinco) habitantes, (IBGE, 1991).

Neste território, nós afrodescendentes, somos, contrariando o discurso de inexistência étnica, maioria populacional perfazendo 77,7% da população, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

Entretanto, nos espaços de seus 76 municípios de industrialização incipiente e concentração fundiária, prevalece hegemonicamente uma conjuntura sócio-política-cultural e econômica ancorada numa *miopia de um olhar minorizante* (LIMA & CUNHA, 2000), numa arraigada e resistente estrutura paternalista patriarcal das relações sociais que favorece formas mais refinadas de dominação. Como consequência, as vicissitudes dessa estrutura promovem a desvalorização das culturas de base africana e diversos aspectos da educação e das relações sociais são pensados, consciente ou inconsciente-mente, como reflexos deste enfoque minorizante, ou seja, do pequeno, de uma dependência externa em relação aos estados maiores em alguns aspectos, e de uma dependência interna, centrada na cultura do privilégio e da dominação, com vistas ao cerceamento da autonomia da população e ao controle de uma elite privilegiada. Como abordamos em trabalho anterior (LIMA & CUNHA, 2000), apesar das discordâncias e protestos dos movimentos negros, os enfoques sobre etnia e culturas afrodescendentes, a nível nacional, têm sido realizados sob a ótica de minorias étnicas (Fernandes, 1978) e de culturas de resistências (PEREIRA, 1983). Estes enfoques minorizantes são frutos dos reducionismos brancos das identidades afrodescendentes ideologicamente mantidos e são reforçados pelos usos dos censos populacionais e das coletas mal realizadas dos repertórios culturais afrodescendentes. Como mostra Muniz Sodré (SODRÉ, 1983), não se foi a fundo no significado das culturas negras dentro da cultura nacional. Nem mesmo na intensidade da participação dessas culturas no contexto plural da sociedade brasileira.

Nesse aspecto, contraditoriamente, se localizam contradições e similaridades entre o Estado de Sergipe e as visões hegemônicas nacionais.

A ampla maioria estatística da descendência africana, como também, a forte presença nos cotidianos das culturas denominadas de populares, a nosso ver, tem sido discrepante com o tratamento dado a nossa participação nessa história sergipana. Isso não significa, de forma alguma, que estejamos ausentes dela, apenas que temos, em um processo alimentado pelos ideais elitistas brancocêntricos, sido incentivados a vermos esses valores ancestrais como subculturas e valores remanescentes cristalizados num passado distante, num espelho do exótico que se contrapõe aos modelos legitimados que tem como parâmetros os valores dos que se autodenominam como brancos.

Para ilustrar um aspecto da problemática das identidades afrodescendentes sob a ótica que se processa nos discursos da morenidade e sobre a ideologia brancocêntrica incentivada nesse espaço sergipano, seja nas relações sociais ou nas práticas pedagógicas, podemos citar Sodré (1999), que discutindo o *continuum* de cor brasileiro a partir dos conceitos claro e escuro, evidencia o caráter socialmente construído e historicamente determinado das constituições identitárias negras a partir das discriminações culturais e etnocentrismos operados pelos indivíduos de grupos de cor clara nas relações sociais estabelecidas. No decorrer dessas relações, um trânsito sócio-étnico-cultural se estabelece e o fenótipo passa a ser produto negociável.

“Constrói-se, assim, por identificação projetiva, uma identidade negra com os materiais fantásticos (trazidos do culto individualista das aparências) do homem branco. No espelho neoliberal, o descendente de africano tem direito a uma espécie de “semiurgia” identitária, que o transforma num branco

diferente, fenotipicamente degradé, já que o paradigma é sempre a pele clara” (SODRÉ, 1999, p.254).

Um olhar superficial acerca da situação sócio-econômica brasileira nos aponta que a desigualdade é o seu problema predominante. E mais, que nós afrodescendentes, somos o alvo principal dessa desigualdade, situação sustentada continuamente pelas estratégias diversificadas dos racismos que ainda vigoram em nossa sociedade, a exemplo do escamoteamento identitário motivado pelos fortes resquícios do mito da democracia racial e da teoria do branqueamento que ainda resistem nessa sociedade, em especial no estado de Sergipe e em alguns outros estados nordestinos como o Ceará, onde o discurso da inexistência negra dificulta o desvelamento das práticas racistas existentes.

No topo dessas questões temos, por um lado, um PIB (Produto Interno Bruto) que situa o país como uma das dez maiores economias do mundo e um governo voltado para o cumprimento cego das diretrizes e metas internacionais neoliberais; e por outro lado, uma nação campeã na má distribuição de renda, índices extremos de analfabetismo, de miséria e de precariedade dos bens essenciais- educação, saúde, trabalho, habitação, entre outros (FRIGOTTO, 1999).

No cerne dessas desigualdades encontramos-nos, enquanto afrodescendentes, nos patamares inferiores, alvos de uma dominação ideológica de fundo social e origem étnica, na qual critérios de inclusão diferenciada nos impõem papéis sociais e profissionais menor valorização social e financeira.

Sergipe não destoa dessa estrutura, ao contrário. Centrado em um capitalismo periférico dependente, e numa estrutura fundiária predominantemente concentradora, assentada em práticas clientelistas, poucas perspectivas há para seus habitantes que almejem uma transformação da política corrente. A mentalidade provinciana, predominante na maioria dos seus municípios, remanescente das concepções patriarcais de que nos fala Figueiredo (1996) poda as perspectivas democráticas da sociedade como um todo e dos grupos secularmente explorados, de modo particular. A citação de Figueiredo (1986, p.364), sobre a sociedade sergipana das primeiras décadas deste século, ilustra bem o embrião da ótica paternalista que ainda subjaz em grande parte do território sergipano.

“O progresso não beneficia todas as classes sociais, não multiplica, democraticamente, o conforto, a saúde e a instrução.(...) Sergipe é o paraíso da oligarquia e de uma classe média preconceituosa a serviço dos ricos. (...) É grande a concentração de renda. A mentalidade do industrial, do comerciante e do fazendeiro, salvo exceções, é primária.”

Embora tais observações não explicitem o local do afrodescendente nessa conjuntura, por simples dedução do contexto histórico que se delineava no período, podemos deduzir que nos constituímos no contingente marginalizado desse espaço. Basta lembrar que, contradizendo o discurso das relações cordiais escravistas sergipanas, nossos ancestrais preferiram se arriscar em busca de melhores condições em cidades grandes, suscitando retaliações e medidas proibitivas por parte das autoridades, a serviço das elites com pretensões de sub-escravização. A esse respeito, o mesmo Figueiredo (obra citada) diz que no início da República um trabalhador rural tem como diária o correspondente a dois

quilos de carne, enquanto a mulher teria uma diária insuficiente para a compra de um quilo da mesma carne. Coloca ainda que fala-se sobre o êxodo rural e silencia-se sobre a concentração fundiária. É importante salientar que estas duas observações sobre a conjuntura sergipana retratam uma situação ainda muito presente. A estrutura ainda é a mesma, salvo algumas modificações, concentradas principalmente na capital do estado.

No território laranjeirense, conforme depoimentos de vários dos afrodescendentes desse espaço, em trabalhos nos canaviais, a média corrente de diária é insuficiente para a compra de um quilo de carne bovina de 2ª categoria, sob o argumento de que quem lá trabalha não precisa pagar aluguel. Similarmente, em muitos outros municípios, a concentração fundiária e de renda ainda é muito alta, a mentalidade machista e clientelista ainda emperra efetivas oportunidades de desenvolvimento sócio-educacional-econômico para sua população e as condições de vida da população ainda é precária, não distando muito do que prevalecia no início do século. Há grande contingente de trabalhadores ganhando como diária o insuficiente para comprar um quilo de carne, tal como no exemplo anterior e o êxodo tanto rural – dos interiores para a capital – quanto para outros estados ainda é grande.

Minha vivência empírica tem mostrado que, mediante as escassas expectativas de uma sobrevivência digna nesse espaço, muitos dos nossos jovens abandonam a escola em busca de empregos ou subempregos nas cidades grandes. Há ainda uma desvalorização da formação, fomentada pela forma como os espaços políticos, administrativos e sociais são ocupados, mediante uma cultura do favoritismo, a partir de estratégias politiqueras, tais como contratos temporários, serviços prestados e outros, ao invés de uma política legal à base de concursos. É onde o paternalismo se sustenta.

A predominância profissional brancocêntrica nos altos e médios escalões da maioria dos órgãos públicos e privados, são evidências empíricas irrefutáveis de que o discurso da igualdade não ultrapassa a superfície da retórica. Glorificando o que denominamos de ideologia da loirificação dolococéfala nacional, a busca do embranquecimento é comum para se ter maiores chances no pódio do ideal brancocêntrico. E essa deformação do caráter identitário implica em um processo contínuo de precarização da auto-estima, com reflexos inferiorizantes no desenvolvimento da aprendizagem e no enfrentamento dos obstáculos racistas que continuamente são impostos e assimilados.

Enquanto o índice da população branca sergipana que percebe até meio salário mínimo é de 21%, na população preta é de 35,1% e na parda é de 33,1. No outro extremo, percebendo mais de 5 salários mínimos temos a inversão do quadro: enquanto a população denominada pelo IBGE como preta tem um índice de 2,3% percebendo mais de 5 salários mínimos, na população classificada como parda este índice é de 3,5% e entre a população branca atinge o índice de 11,7%.(IBGE, 2.000).

Quanto a taxa de analfabetismo no estado, enquanto atinge as populações pretas e pardas em respectivamente 29,7% e 26,4%, em relação a população branca é reduzida para 15,2% (IBGE, 2.000).

Essas situações se agravam quando partimos para os índices de analfabetismo funcional onde as taxas são 45,9% para a população parda, 50,7% para a população preta e 30,6% para a população branca; ou, ainda, quando constatamos que o percentual de brancos universitários é quase o triplo que o de afrodescendentes (pardos e pretos), enquanto o percentual populacional dos primeiros no estado é de pouco mais que um quinto da população(22,2%) (IBGE, 2.000) .

Outros indicadores das exclusões que penalizam a população afrodescendente e a população feminina em Sergipe, são os referentes aos anos médios de estudo da população com 10 anos ou mais, por etnia e gênero: as populações preta, parda e branca apresentam respectivamente 4,0 - 4,2 e 6,1 (IBGE, 1999).

No âmbito do município de Laranjeiras, mais algumas especificidades aponta uma conjuntura discordante na problemática da afrodescendência.

A forma como as manifestações culturais, que apresentam elementos culturais africanos em sua constituição, tais como a Taieira, o Samba de Parelha, o São Gonçalo, O Lambe-Sujo, entre outras ⁶ tem sido usadas como formas e fôrmas reducionistas das culturas negras, subvalorizadas nos discursos oficiais e ignoradas na prática pedagógica sergi-pana, tem sido um fator do meu interesse em conhecer mais de perto como se processam essas relações educativas-culturais nesse espaço laranjeirense.

Como anteriormente dito, o interesse em direcionar nosso olhar para o Município de Laranjeiras ao buscar interpretar alguns aspectos da problemática afrodescendente sergipana, partiu de contínua e gradativa análise apriorística de fatores históricos, sócio-culturais do mesmo. Este encaminhamento tem sido referendado por razões práticas de condições para o desenvolvimento do trabalho.

O município de Laranjeiras possui um alto índice de afrodescendentes em sua população(88,8%)⁷, o que o caracteriza como espaço bem representativo dos territórios afrodescendentes sergipanos. É conhecida como *berço da cultura negra sergipana*, fato atribuído à predominância da produção açucareira que possibilitou tornar-se, no século XIX, pólo econômico e sócio-cultural do Estado.

Esse fato, construído na exploração dos nossos ancestrais africanos e afrodescendentes, como mão-de-obra escravizada, é evidenciado nos registros da predominância de pessoas escravizadas e do nº de engenhos (Dantas, 1980; Figueiredo, 1977, 1986; Santana Santos, 1992; Mott, 1986)⁸, bem como na existência do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, cujas peças evidenciam as condições e o lugar atribuído pela sociedade sergipana aos nossos ancestrais.

Outra evidência afrodescendente do município, é que além de ter se constituído em reduto de concentração escravista, também tem sido foco de resistência negra, fato evidenciado pelos registros de revoltas e organização de mocambos/quilombos em seu território. Um desses espaço onde a presença das culturas negras se apresenta mais marcadamente é o Povoado Mussuca,⁹ comunidade a três quilômetros da sede do município onde vive uma população de aproximadamente 2000 pessoas, das quais cerca de 98% são afrodescendentes, destes a maioria de pele escura, no que o IBGE, classificaria de pretos, o que coloca a Mussuca, como já dissemos, no discurso de alguns habitantes da sede do município com *“lugar dos pretos mais pretos, e de africanos legítimos.”* Esta comunidade por apresentar fortes indícios de uma vivência de valores de base africana no seu dia-a-dia, evidente nas festividades locais, nos discursos identitários e nas concepções de vida familiar tem se constituído no nosso principal *locus* de pesquisa .

Acrescenta-se a observação de que esse alto índice de afrodescendência na população laranjeirense não tem a devida representatividade quando se trata dos indicadores sociais da população, de suas condições de vida e das oportunidades sócio-econômicas nos diversos âmbitos do mercado de trabalho, do espaço educacional e da valorização social. O que nos indica uma primeira observação é que posições de destaque, cargos

públicos e privados de 1º, 2º e 3º escalões tem uma seletividade brancocêntrica, talvez remanescente das elites usineiras, cujos membros ainda hoje acumulam os rumos dos negócios de família (engenheiros, fazendas, indústrias), com o controle da política local.

O Encontro Cultural de Laranjeiras, se constitui em mais um espaço onde as culturas afrodescendentes podem ser percebidas, ainda que sem a eloquência devida. Realizado anualmente, no mês de janeiro, tem a cultura negra predominantemente divulgada na participação dos grupos culturais denominados de folclóricos e tratados sob a ótica de culturas populares. O contato com alguns participantes desses grupos, predominantemente afrodescendentes, durante o último evento nos revelou uma certa insatisfação com o tratamento dispensado pelas instâncias oficiais durante o evento. Razões exemplificadas com a falta de condições de apresentação durante o evento, concorrendo no mesmo horário e espaço bem próximo, com apresentações ensurdecidora de bandas de fora e com as palestras do seminário.

Esses são indícios de que nossa predominância afrodescendente existe, porém parece não ter a devida relevância nas políticas institucionais, em parte da produção literária local e em decorrência nem do imaginário social de parte significativa da população.

A ótica sob a qual tem sido secularmente focado(a) o(a) afrodescendente sergipano é exemplificada em algumas concepções racistas e/ou minorizantes registradas em diferentes épocas na produção escrita e discursos oficiais sergipanos. Um desses exemplos é a postura do laranjeirense Cônio Philadelpho de Oliveira (1981), que em 1942, em sua obra “História de Laranjeiras”, além de reduzir os cultos religiosos afro-descendentes a “superstições”, formula, como bom seguidor das teorias arianistas, que :

“Esta raça mártir e sofredora vai desaparecendo lentamente no Brasil pela ação destruidora da morte e pela absorção purificadora da raça branca, ficando tão somente uma negra sombra de um triste passado.” (p.41)

Outras evidências semelhantes podemos encontrar na produção de Orlando Dantas (1980), que em sua obra “A Vida Patriarcal de Sergipe”, falando sobre a história de sua família inserida nas elites sergipanas do pós-abolição, refere-se sempre as crianças negras como “moleques” e “negrinhas”, em oposição às denominações de “meninos” e “meninas”, para sua própria etnia.

Na atualidade, vislumbramos esse olhar minorizante, tanto em discursos institucionalizados quanto em produções escritas e nos discursos cotidianos. Em ambos os casos, as culturas afrodescendentes são postas sob a ótica de contribuição ou interferência, quando não tem sua existência excluída, silenciada e negada. A hierarquização valorativa brancocêntrica não permite que nós e nossos ancestrais sejamos considerados como sujeitos da história com participação, autoria na mesma; a naturalização do papel de coadjuvante ainda subjaz no imaginário, nos discursos e ações.

“Como Laranjeiras nasceu sob o domínio da economia açucareira, a desenvolvimento social e político da cidade. Devido a grande presença negra, laranjeiras é considerada o Berço da Cultura Negra no Estado de Sergipe.” 10

É curioso o fato de que, nesse território de sergipano e laranjeirense, de predominância afrodescendente, caracterizado não só pela maioria populacional, como também pelos repertórios culturais de base africana parece coexistir também um repertório racista que configura no olhar das diferentes gradações do ser afrodescendente, principalmente do ser moreno quase branco em Laranjeiras, ser negro em Laranjeiras e ser preto mais preto na Mussuca, nas palavras ouvidas de moradores das duas localidades.

Conhecer um pouco os repertórios culturais e as formas de apreensão educacional dessas culturas na Cidade de Laranjeiras, e mais especificamente na Comunidade da Mussuca, cuja denominação, na infância me era indicada como xingamento¹¹ tem sido o nosso intuito ao dialogar com discursos orais e escritos encontrados nesse território. Ver o alcance dos repertórios das culturas afrodescendentes e das culturas racistas a partir da interpretação dos seus sujeitos.

Valores afrodescendentes nas práticas pedagógicas

Segundo Nathaniel Branden(1995), psicólogo norte-americano, a auto-estima é a confiança na capacidade própria de pensar e enfrentar os desafios básicos da vida. Confiança, a meu ver, socialmente construída à partir dos referenciais identitários continuamente (re)constituídos. Reconstruídos nos âmbitos sociais, políticos, culturais e étnicos das relações e sedimentados principalmente nas relações educativas.

Ancorada na percepção desenvolvida nos anos de trabalho no espaço educativo públi-co, reconheço na trajetória da maioria das crianças afrodescendentes, especialmente as de pele mais escura e cabelos crespos, a mesma problemática que tenho enfrentado na minha constituição identitária. Uma realidade eivada de situações nas quais se não somos discriminados(os) por ação, tais como xingamentos, vocabulário racista, termos inferiorizantes, apelidos, rotulação de incapacidade, preterência para atividades de valorização estética, cultural ou intelectual, o somos por omissão, como nos informa a pedagogia do silêncio apresentada por Silva (1985), por convivência alicerçada nas ideologias racistas introjetadas e no desconhecimento de uma versão histórica secularmente dúbia e escamoteada quanto aos seus propósitos.

Tentar entender os entrelaçamentos, os vazios e as contradições, entre a minha percepção do real e os discursos acerca de cidadania, que se proliferam nesse espaço sergipano, se constituiu no alimento da minha prática educativa, na alavanca reflexiva de novas descobertas sobre os sujeitos presentes no espaço educacional, nessa grande aventura que é o conhecimento.

Percebo que, enquanto no conjunto do país houve um significativo avanço na concepção, na aquisição e nos discursos dos direitos étnicos, em Sergipe, este avanço foi menos intenso, talvez em decorrência do menor desenvolvimento modernizante que nos outros estados da região, como Bahia e Pernambuco, já que as relações étnicas também estão imbricadas nas questões sócio-econômicas da sociedade. Este diferencial sergipano me parece ainda fortemente marcado pelos resquícios dos discursos das persistentes teorias do branqueamento e da democracia racial. Embora não ofereçam, a sociedade de modo geral e as elites, de modo particular, argumento plausível para explicar a concentração afrodescendente na base da pirâmide social. Não admitem a existência de processos inferiorizantes que nos condiciona nossas posições sócio-econômicas desfavoráveis, e muito menos a possibilidade de tratar essas questões.

Os diferenciais identitários baseados no fenótipo ainda são sentidos nos discursos e práticas cotidianas do território pesquisado, numa gradação escamoteada em alegações de que o que vale é a beleza interior nas horas de camaradagem, mas de usos de lin-guagem racistas na hora da exaltação, ou de invisibilização em situações de destaque. Mesmo no espaço da Mussuca, onde majoritariamente os afrodescendentes são de pele escura e onde há uma consciência de vínculo com a África e da tendência lutadora ancestral, há uma concomitante uma baixa estima, fomentada pela consciência dos limites impostos pelo racismo presente. Curiosamente esse racismo na comunidade Mussuquense é pouco atribuído à escola local, apesar destas pouco contemplar em seus currículos os valores locais.

Nesse território de predominância afrodescendente ocorrem relações dialéticas, nas quais as culturas de base africana instruem formas de resistência que se processam no interior das diversas relações cotidianas vivenciadas. Porém, parece haver, estrategicamente, um forte reducionismo das culturas afrodescendentes locais, remetendo a uma contínua despolitização dessas concepções culturais. Isso parece evidente na dissociação desses repertórios culturais das demais dimensões da vida dessas comunidades. Principalmente ainda é muito incipiente o investimento na desconstrução da ótica brancocêntrica de mundo veiculada pelas escolas. Algumas ex-periências tem sido isoladamente implementadas, como é o caso de atividades propostas e implementadas pela Escola Zizinha Guimarães, porém segundo membros do seu corpo funcional a iniciativa de implantação de disciplinas que incentivam o trato da cultura no âmbito da educação não tem tido o

devido suporte institucional de formação de quadros (aperfeiçoamento profissional). Não há uma política eficaz de ressignificação desses valores, que sobrevivem, salvo algumas exceções, à parte da prática escolar.

São as formas diversas de resistências, presentes no cotidiano das comunidades, que se contrapõem às estratégias de negação desses valores ancestrais de base africana. Essa negação, incutida no imaginário das pessoas pelas práticas sociais e, de modo geral, reforçada pelas práticas pedagógicas, não conseguem impedir que esses territórios de predominância afrodescendentes se perpetuem em um caráter dinâmico, mas resistente, onde segundo Muniz Sodré (1983, p.71):

“no mesmo campo ideológico cristão do colonizador, fixaram-se as organizações hierárquicas, formas religiosas, concepções estéticas, relações míticas, música, costumes, ritos, característicos dos grupos negros.”

Uma prática percebida desde o meu início profissional, como professora e pedagoga, e que se estende até hoje, em grande parte do contexto sergipano e de modo particular também no espaço laranjeirense pesquisado, são as justificativas para o diagnóstico de baixo rendimento, maior rebeldia ou de provável retardamento das crianças das camadas populares no universo escolar. Estas, ao adentrar esse espaço são, a priori, rotuladas como fracassadas no processo educativo.

Esse diagnóstico me parece precário, devido a estar pautado em argumentos que naturalizam o racismo e o sexismo e não permitem uma crítica sistematizada das condições culturais, étnicas, sociais, econômicas e políticas das populações. A esse dito fracasso atribui-se o que eu denomino de síndrome da carência, visto que todas as dificuldades enfrentadas pelas crianças são atribuídas à carências materiais e afetivas que eximem a responsabilidade dos atores institucionais sobre a aprendizagem do alunado.

Assim propaga-se um discurso centrado em : carência cultural – rótulo atribuído a partir da introjeção de um conceito reducionista e euro-norte-americano de cultura; carência física – esta atribui uma inferioridade cognitiva as crianças, que muitas vezes tem desempenho final construído a priori, pelo vaticínio premeditado da prática escolar; e finalmente a carência afetiva, que segundo os discursos alardeados tem suas raízes na desestruturação familiar dessas famílias, que assim encontram-se incapacitadas de dar carinho e orientação escolar, sendo que estes são postos como pressupostos para um bom desempenho na escola.

Várias vezes, enquanto professora e pedagoga, confrontei-me com essa concepção cristalizada do carente fracassado, que atribuí a incapacidade a uma parte majoritária do alunado, que sem coincidência alguma é afrodescendente.

Uma das peculiaridades que tem prejudicado as nossas etnias afrodescendentes no espaço escolar é a forma como tem, predominantemente, se estruturado a prática pedagógica nesse contexto. Os racismos têm se constituído em entraves ao nosso desenvolvimento nesse espaço. Diversos são os trabalhos que apontam as estratégias racistas nos vários níveis educacionais, nos diversos pontos do país. Entre eles podemos indicar Figueira(1988), Trindade (1994), Barcelos(1992), Cunha Júnior(1998), Silva(1988), Gonçalves(1985), entre outros, cujos trabalhos expressam a presença dos racismos brasileiros como impeditivo do sucesso dos afrodescendentes na vida escolar. Os procedimentos desses racismos vão desde invisibilização, e silenciamento e depreciação das crianças afrodescendentes na relação com as crianças brancas, até o ocultamento de referenciais afrodescendentes positivos e a veiculação e introjeção de inverdades históricas no currículo da escola, nos livros didáticos e ainda a imputação de uma auto imagem negativa produzida pelas discriminações negativas processadas através da linguagem, das atitudes e das omissões correntes nessas relações. Como afirma Barcelos (1992, p.18) *“Um negro com curso superior completo é um “sobrevivente” do sistema educacional, que ademais, enfrentará sistemática discriminação no mercado de trabalho.”*

Vale ressaltar que essa nossa árdua, conquistada e ainda insuficiente inserção no espaço da academia tem sido uma importante estratégia de luta para a colocação da nossa problemática na pauta das políticas públicas e de programas de instituições educacionais. Somos poucos, mas somos sujeitos pesquisadores da nossa problemática, estamos a avançar na luta pelo reconhecimento da nossa própria ótica de educação, que teve em

seu alicerce nossos colegas educadores afrodescendentes, que, segundo Cunha Júnior (2000), desde 1975 vem discutindo as diferentes visões de mundo, de culturas, das relações entre etnias no Brasil e da Educação criando um conjunto de saberes sob o título de temas de interesses dos afrodescendentes, encaminhando uma pedagogia da igualdade nas relações étnicas.

Na mesma trajetória, temos a elaboração e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que atendendo a uma demanda de nossa luta por visibilidade na sociedade brasileira e desvendamento dos processos racistas que nos atinge em todos os âmbitos, fizeram - se realidade, e embora seu alcance encontre-se muito aquém do que desejamos e precisamos, pode ser o instrumento que respaldará as ações necessárias a uma prática multicultural no processo educativo, na medida em que aponta para a necessidade de se trabalhar a pluralidade étnico-cultural na prática pedagógica e permite, mediante a revisão histórica e organização étnica, a instituição de medidas de inclusão justa para as populações marginalizadas desse cenário.

No entanto, a nosso ver, esse instrumento só será útil na medida em que tivermos a percepção da problemática afrodescendente, de quem somos e o que precisamos, senão cairemos nos discursos vazios, de que somos plurais, diferentes. E então? Que diferença isso fará na realidade nossa?

Necessário se faz que se tenha em mente que toda e qualquer diferença é sempre histórica e produzida numa relação com indivíduos e grupos hegemônicos (Sodré, 1999). É que esta é produzida no sentido de oprimir, construir desigualdade, portanto desconstruí-la requer muito mais do que ouvir que somos diferentes. É primordial entender as raízes, os processos e as conseqüências de tais construções o que só é possível ultrapassando-se a superfície dos discursos.

Dos encaminhamentos e possibilidades pedagógicas

Todas as ações empreendidas pela nossa luta enquanto militantes, educadores, ou co-mo sujeitos afrodescendentes simplesmente, tem acumulado um conjunto de estratégias que tem nos permitidos vislumbrar possibilidades mais amplas em direção aos nossos objetivos. São ações pela consolidação de uma prática pedagógica hegemonicamente multicultural, pautada na igualdade de direito não só ao acesso, mas a qualidade, a equidade de representação étnico-cultural. Necessário se faz vislumbrar possibilidades de que essa escola, responsável pela formação do saber formal, mas também pela formação, abra seus espaços para a construção de novas relações que não se prestem a reprodução das hierarquias excludentes impostas, mas dê conta das diversas pluralidades dos sujeitos que a compõe, em toda multiplicidade que lhe é própria .

Em Laranjeiras, município foco do nosso estudo, um primeiro olhar nos aponta óticas e práticas discordantes da problemática das relações étnicas. Por um lado, temos a projeção do município, no campo do turismo como berço da cultura negra sergipana, e a percepção de uma consciência étnica de relação com a África, conforme nos cita Dantas(1988, p. 76):

“Em Laranjeiras, não somente no grupo de culto, mas também em outros segmentos negros da cidade, a recorrência à África , às vezes, a grupos étnicos específicos, para referenciar-se é uma constante.”

Por outro lado, nos deparamos, com indicativos de condições e tratamento e resultados educacionais semelhantes ao que tem sido a tônica primaz na realidade educacional brasileira. Discursos apreendidos parecem indicar uma gradação fenotípica, que asso-ciada a uma territorialização identitária nos motiva a

buscar as nuances dessas relações, a tentar entender que elementos culturais de base africana singulariza Laranjeiras e, particularmente, o Povoado Mussuca, dentro dos territórios afrodescendentes sergipanos e no contexto brasileiro.

No cerne das questões, temos o discurso do uso da cultura como facilitador da aprendizagem e a minha prática empírica me diz e a literatura confirma (TRINDADE, 1994; CUNHA JR. 1992, 1998, GONÇALVES, 1998; CAVALLEIRO, 1999) que a auto-estima tem papel fundamental na aprendizagem e que os afrodescendentes não têm tido sua auto-estima considerada, ou sua constituição identitária fortalecida positivamente pela prática escolar.

Entendemos ainda, que a auto-estima está intimamente ligada na forma como são tratadas as culturas desses sujeitos que convivem na sociedade com elementos culturais diversos e dinâmicos, que são atravessados por valorações diferentes dentro da estrutura excludente e hierarquizada da nossa sociedade.

Considerando a perspectiva da cultura como repertório da prática educacional, penso ser importante conhecer as expectativas dos alunos perante esse universo cultural afrodescendente em particular as culturas de modo geral. Fundamental também é ver as possibilidades de apreensão dessas culturas afrodescendentes no espaço educacional. Explicitar essas relações constitui nossa tentativa de entender o lugar do afro-descendente na sociedade sergipana hoje e quem sabe vislumbrar possibilidades de interferência na prática pedagógica em prol da efetivação da educação pluricultural que é parte importante da nossa utopia de uma sociedade democrática.

Nesse território afrodescendente socialmente construído, intervém a cultura e a sua transmissão, reprodução e transformação. Portanto, a educação é um dos elementos de produção do espaço geográfico, interveniente nas relações sociais. Nesses contextos interdependentes, as desigualdades que afetam as populações estão implicadas nas formas como historicamente foram processadas essas relações de percepção, apropriação e uso desses espaços, sob os enfoques da cultura, dos bens materiais e simbólicos e das discriminações sociais e raciais.

Considerando a formulação de Mendes Pereira (1999, p. 10) de que

“Se considerarmos a ação perene – às vezes mais, às vezes menos ostensivas – da maioria negra, é forçoso reconhecer que, apesar dos mecanismos patrimoniais e institucionais de controle e reprodução, as classes dominantes não estavam sozinhas em campo – eram obrigadas a guardar um espaço de negociação e instituir mecanismos capazes de amortecer eventuais radicalizações que fugissem ao seu controle”,

percebemos a pertinência de situar, ideologicamente, a problemática em estudo nas formulações de Mannheim e de Gramsci (JAPIASSU, 1976), as quais encontram-se implicadas nas situações sociais concretas dos sujeitos e em cujo âmbito as práticas etnocêntricas e autoritárias das classes dominantes não eliminam o espaço múltiplo, onde os afrodescendentes se constituem para além de uma postura inerte, instituindo sua ação no que Gramsci denominou de contra-hegemonia. Para uma maior compreensão desse campo, na busca de elucidação do nosso objeto, recorreremos ainda a Muniz Sodré (1983), na abordagem das relações entre culturas e ideologia, mais especificamente entre o que ele denomina de cultura negra e nós tratamos como culturas afro-descendentes.

Em relação ao conceito de cultura, ele postula a pluralidade cultural presente em todos os sistemas sociais, apontando como fator diferencial nesse sistema a ideologia que estabelece as diferenciações valorativas, as atividades simbólicas desses elementos culturais. Nesse contexto ele (SODRÉ, 1983, p. 70) aponta as ideologias como formas de relações de poder.

“Todo processo cultural(...) é plural (...) na medida em que o movimento simbólico é sempre a heterogeneidade de jogos diferentes, de lutas, de aproximações, de ambivalências, presentes na lógica constitutiva de todo grupo.”

Em relação às interpenetrações entre ideologia e cultura, expõe que:

“O problema da diversidade das culturas se esclarece através da diversidade dos campos, isto é, dos espaços globais da ideologia que estabelecem valores diferentes para a atividade simbólica. O campo estipula as regras dos códigos, através dos quais passam os discursos que uma classe ou uma etnia produzem num dado momento.” (p.71)

Assim, as estratégias de resistência manifestas no sincretismo religioso, na luta aberta dos levantes, na constituição dos Quilombos, nas organizações políticas, sociais, religiosas, culturais e solidárias de base africana, na luta pela desmistificação do mito da democracia racial são evidências inegáveis que caracterizam o nosso território de predominância afrodescendente em Sergipe. As contradições nas concepções cons-truídas acerca dessas práticas constituem um dos muitos pontos de interrogação nesse imenso mar de anseio elucidativo que nos move.

Nas comunidades rurais de predominância afrodescendente existem valores vitais, enquanto para outra parte da população (que inclui grande número de afro-descendentes), parece assumir valor de exótico, estereotipadas como subculturas ou culturas menores, sendo que o que nos parece, a primeira vista, é que suas vivências são encaradas como uma teatralização cristalizada, que deve enclausurar seus praticantes em papéis folclóricos .

Em relação aos conceitos de pluralidade e multiculturalismo, referimo-nos aos mesmos como a ação educativa pautada no respeito as diferenças, com igualdade de representação e valorização positiva paritária dos elementos culturais e das oportunidade político-sociais dos diversos grupos que compõem a sociedade (GONÇALVES E SILVA, 1998).

Nessa ótica, as medidas de inclusão justa representam um caminho para superação da visão do afrodescendente como elemento do pretérito perfeito, aquele que se foi nos idos do período escravista criminoso e deixou como presente algumas comidas e algumas palavras no vocabulário oficial.

A promoção de uma educação igualitária e de uma sociedade democrática passa pelo questionamento das relações étnicas nesse espaço e na sociedade. Convém-nos, enquanto

educadores, questionarmos e provocarmos o debate sobre as razões das de-sigualdades étnicas, as reflexões sobre os porquês de estarmos na base da pirâmide social, com menores chances de escolarização, moradia, trabalho, entre outros direitos fundamentais. E, considerando a cultura e a educação como faces entrelaçadas de um mesmo contexto, inseridas no contexto da política e em que é a vivência social, temos que a compreensão das relações multirraciais e dos repertórios culturais, se apresenta como pré-requisito para a efetivação de uma prática educativa multicultural, livre da concepção dicotômica de inferioridade / superioridade. Nesta prática multicultural, o principal valor a ser resignificado na vivência do aluno afrodescendente é a auto-estima e esta passa pela representatividade que os valores étnico-culturais do seu grupo tem no conjunto da sociedade.

Mediante as interpretações iniciais da nossa problemática afrodescendente, nesse território afrodescendente, consideramos importante que as instâncias educacionais e culturais implementem algumas estratégias de revisão dos valores trabalhados pela escola, de modo particular, destituindo o olhar minorizante das culturas de base africanas. No nosso entendimento entre as estratégias possíveis encontram-se:

- a) A necessidade da introdução da imagem da negra e do negro na sala de aula sergipana pela valorização da imagem própria dos alunos, pela fotografia, pelos desenhos, pelo vídeo representando a sala de aula e as populações locais. Temos que lembrar que as imagens da mídia são loiras, distintas das nossas alunas e alunos. (LIMA & CUNHA, 2000);
- b) As experiências de introdução das manifestações populares do Estado, resignificadas nos contextos históricos e culturais no âmbito educacional, a exemplo do que tem sido feito pelo Prof. Jorge Luiz , da E.P.S.G. Zizinha Guimarães, no município de Laranjeiras, é outra estratégia positiva¹². Esse trabalho, que envolve muito mais do que a apresentação, pode explicar a existência destas manifestações embasadas nas histórias africanas e em novas visões da história dos afro-descendentes, valorizando a participação da nossa etnia na trajetória histórica da sociedade.
- c) A revisão e desnaturalização dos vocabulários racistas introjetados, que com-ortam desde um universo semântico pejorativo que associa a cor e características do afrodescendente à coisas negativas – A coisa está preta, humor negro, cabelo “ruim”, negro bom = negro de alma branca – até todo um arsenal de apelidos, ironias e dissimulações que encobrem um racismo latente (CAVALLEIRO, 1999).
- d) É primordial neste exercício, o debate constante com todos os atores sociais do processo educativo, sobre a pluralidade étnica brasileira, sua trajetória histórica e desdobramentos na situação atual do afrodescendente e do indígena nessa sociedade.
- e) E, finalmente, a explicitação do caráter político das relações étnicas e das vivências culturais, evidenciado na construção identitária das/os educandas/os, no seu papel político, étnico e social enquanto sujeitos do universo cultural e educacional.

Enfim, sendo a escola, uma das importantes instituições responsáveis pela transformação da sociedade em que vivemos, temos que sua participação é fundamental para essa transformação, que é nossa utopia . Na nossa postura, enquanto sujeitos desse veículo de produção do saber, podemos fazer a diferença. Podemos estar à serviço da reprodução ideológica e factual das desigualdades instituídas; ou podemos usar desse espaço e a nossa infinita capacidade de escolha e de criação para contribuir para a superação das

desigualdades e discriminações existentes, que atingem de modo particular, as etnias afrodescendentes, conquistando medidas de implementação de políticas públicas, acreditando-nos e aos nossos alunos e alunas como seres em eterna construção, responsáveis pela desnaturalização do racismo brasileiro. E essas medidas passam, necessariamente, pela concepção de cultura a partir da qual pensamos e encaminhamos nossas ações pedagógicas.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE SANTOS, LENALDA. *Organização do Trabalho*. In: DINIZ, DIANA M. *Textos para a História do Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.
- APIAH, KWAME. *Na Casa do Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BANDEIRA, MARIA DE LOURDES. *Terra e Territorialidade Negra: Ideologia e Política*. Florianópolis, s/d. Mimeo. CHAUI, MARILENA. *Conformismo e Resistência - Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BARCELOS, LUIZ CLÁUDIO. *Desigualdades Raciais e Rendimento Escolar*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994. Dissertação de Mestrado.
- BRANDEN, NATHANIEL. *Os Pilares da auto-estima*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
- BRITO, CLÁUDIA TOSCANO (org.). *Indumentária Folclórica de Sergipe*. Aracaju - SE : Secretaria do Estado de Educação e Cultura - Governo de Sergipe – FUNDESC, 1985.
- CARVALHO-NETO, PAULO DE. *Folclore Sergipano*. Aracaju - SE. Publicação do Governo do Estado de Sergipe. FUNDESC e Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- CAVALLEIRO, ELIANE DOS SANTOS. “Identificando o Racismo, o Preconceito e a Discriminação Racial na Escola”. In IVAN COSTA/JERUSE ROMÃO/SÔNIA SILVEIRA (Org.). *Os Negros e a Escola Brasileira*. Florianópolis. Nº 6, NEN, 1999.
- CHAUI, MARILENA. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1984.
- CUNHA JÚNIOR, HENRIQUE . “Africanidades Brasileiras e Pedagogias Interétnicas”. *Revista Gbàlà*. Aracaju - SE: Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania. SACI, 1995.
- _____.” Etnia Afrodescendente, Pluriculturalismo e Educação”. *Revista Pátio*. Artes Médicas, Agosto/outubro 1998.
- _____. *Afrodescendência e Africanidades Brasileiras – A condição necessária, porém não suficiente para compreensão da história sociológica do povo brasileiro*. 1996, Mimeo.
- CURY, CARLOS ROBERTO JAMIL. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez. 1992.
- D’ACELINO, SEVERO. *Desenvolvimento e Prática do Movimento Negro em Sergipe*. Aracaju-SE: Casa de Cultura Afro-Sergipana, 1989. Mimeo.
- D’ADESKY, JACQUES. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo- Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado.
- DANTAS, BEATRIZ GÓIS. *Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *A Taieira de Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- DANTAS, ORLANDO VIEIRA. *A Vida Patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- FERNANDES, FLORESTAN. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FIGUEIREDO, ARIOSVALDO. *História Política de Sergipe*. Vol. 1. Aracaju - SE: Editorial de Sergipe, 1986.
- _____. *O Negro e a Violência do Branco: O Negro em Sergipe*. Rio de Janeiro: Ed. José Álvaro, 1977.
- FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. “Brasil 500 anos: A Educação Mutilada e o Fracasso Escolar”. *Revista do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro/SEPE*. Rio de Janeiro: 3(1):18, 20, 1999.
- GONÇALVES, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA; GONÇALVES E SILVA, PETRONILHA BEATRIZ. *O Jogo das diferenças: O Multiculturalismo e seus Contextos*. Belo Horizonte- MG: Autêntica, 1998.
- _____. *O Silêncio: Um Ritual Pedagógico a Favor da Discriminação Racial*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. Tese de Mestrado. Mimeo.
- HALL, STUART. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HASENBALG, CARLOS A. Desigualdades Sociais e Oportunidade Educacional. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63. Rio de Janeiro: CEEA, 1987.
- IBGE. *Brasil em número*. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 5. Rio de Janeiro, IBGE, 1998.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- JAPIASSU, HILTON. *Para Ler Bachelard*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEITE, ILKA BOAVENTURA (Org.). “Terras e Territórios de Negros no Brasil”. *Caderno Textos e Debates*. 2(1). Florianópolis-SC: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas-NUER/UFSC, 1991.
- _____. Territórios de Negros em área Rural e Urbana: Algumas Questões. In LEITE, ILKA BOAVENTURA (Org.). “Terras e Territórios de Negros no Brasil”. *Caderno Textos e Debates*. 2(1). Florianópolis-SC: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas-NUER/UFSC, 1991.
- LIMA, MARIA BATISTA, CUNHA JÚNIOR, HENRIQUE. “Praticando Valores Culturais Afrodescendentes na Realidade Educacional Sergipana”. *Revista da Faculdade de Educação da UFC*. Fortaleza : FAGED/UFC, 2000. No prelo.
- _____. Afrodescendência e Prática Pedagógica nos 500 anos de Brasil. *Revista Hora de Estudo*. Aracaju: Secretaria Municipal de Aracaju, 2000. No prelo.
- MENDES PEREIRA, AMAURI. *Construção Etnocêntrica do Conceito de Cidadania*. Rio de Janeiro, 1999. Mimeo.
- MOTT, LUIZ R. B. SERGIPE DEL REY - *População, Economia e Sociedade*. Aracaju-SE: FUNDESC, 1986.
- MOURA, MARIA DA GLÓRIA DA V. *Ritmos e ancestralidade na força dos tambores negros*. Tese de Doutorado. Pós - Graduação em História e Filosofia da Educação pela USP. São Paulo, SP, 1997.
- MUNANGA, KABENGELE. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NELLY SANTOS, MARIA. *A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”- Francisco José Alves: Uma História de Vida e outras Histórias*. Aracaju: J. Andrade, 1997.
- NUNES, MARIA THETIS. *História da Educação em Sergipe*. Aracaju: UFS, 1991.

OLIVEIRA, PHILADELPHO De. *História de Laranjeiras*. Aracaju - SE: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe. 2ª. edição, 1981.

OLIVEIRA, IVONE MARTINS DE. *Preconceito e Autoconceito: Identidade e Interação em Sala de Aula*. São Paulo: Papirus, 1994.

PASSOS SUBRINHO, JOSUÉ MODESTO DOS. *História Econômica de Sergipe: 1850-1930*. Aracaju-SE: Programa Editorial da UFS, 1987.

PATTO, MARIA HELENA SOUZA. *A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebelião*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PEREIRA, JOÃO BAPTISTA BORGES. “Negro e Cultura Negra no Brasil atual”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, (26):93-105, 1983b.

SANTANA SANTOS, LOURIVAL. “Quilombos e Quilombolas em Terras de Sergipe no Século XIX”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Nº 31, 1992.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL . *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, DF. MEC/ SEF. 1997.

SILVA, LUIZ ALBERTO. *A Pedagogia do Silêncio*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1985. Dissertação de Mestrado.

SODRÉ, MUNIZ. *Claro e Escuros – Identidade, Povo e Mídia no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____. *A Verdade Seduzida. Por um conceito de Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SOUZA, JOSEFA ELIANA. “Educação em Sergipe”. *Revista EDUCAR-SE*. SEED. Aracaju, SE, UFS. 1997.

TRINDADE, AZOILDA LORETTO DA. *O Racismo no Cotidiano Escolar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1994. Dissertação de Mestrado.

WANDERLEY, LUIZ EDUARDO W. “A Questão Social no Contexto da Globalização: o caso latino-americano e caribenho”. In BELFIORE- WANDERLEY; BÓGUS LÚCIA; YAZBEK, MARIA CARMELITA(Orgs.). *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997.

Notas Bibliográficas:

¹ Slogan propagado nos discursos oficiais e em instrumentos de divulgação turística, a exemplo da mensagem do folder turístico da cidade denominado Laranjeiras – Cidade Histórica Estadual. Laranjeiras –SE: Departamento de Cultura e Turismo de Laranjeiras, 1994.

² Nossa opção pela categoria afrodescendente centra-se na percepção, de que a mesma coaduna-se com nossa opção pelo conceito de etnia numa concepção político-cultural, que nos permite evitar os conceitos biologizantes que tem, por muito tempo, alimentado a cultura do racismo. Assim, a referida categoria refere-se a um conjunto de denominações atribuídas a nós negras e negros que temos em comum um significante número de referências sócio-histórico-político-culturais. Correspondendo, para efeito estatístico, ao que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), classifica como pardos e pretos. (CUNHA JÚNIOR, 1996, 1998; IBGE, 1991, 1998.)

³ Fonte Anuário Estatístico de Sergipe. Citado em *Banco de Dados sobre as Histórias dos Municípios Sergipanos*. Aracaju: UFS, 1999.

⁴ Essa utilização da gradação fenotípica como busca de referenciar-se com as etnias brancas aponta uma diversidade valorativa nos discursos e relações entre os afrodescendentes da sede do município de pele mais clara, de pele mais escura e os habitantes da comunidade rural da Mussuca, indicada nos discursos locais como *quilombo, lugar de preto ou de africano legítimo*.

⁵ Samba de Parelha – Atividade Cultural secular processada na comunidade da Mussuca, onde seus praticantes dançam em roda, aos pares, samba de roda com letras próprias. Antes da apropriação oficial como grupo folclórico era dançado, principalmente, no período junino e na visita feitas às mulheres da comunidade duas semanas depois do parto, na denominada *meladinha*, ou seja, comemoração do nascimento. Informações coletadas com moradores antigos na comunidade.

⁶ Estes grupos são considerados como brincadeiras, parte das festas das comunidades e segundo a fala de alguns participantes chamados de folclore pelos órgãos oficiais que os tem incorporado a imagem turística da cidade. Para saber mais sobre os grupos Ver DANTAS, 1972, 1976, 1988; lima & cunha júnior, 2000; BRITO, 1985. Obra Citada.

⁷ Dados do Censo Demográfico de 1991.(IBGE, 1991).

⁸ Segundo Santana Santos (1992) e Almeida (1991) o n. de engenhos em Laranjeiras era de 49 em 1838, 73 em 1856, 52 em 1875, 97 em 1881, 39 em 1900.

⁹ Segundo depoimentos dos mais antigos moradores, as terras foram ocupadas por algumas famílias negras, fugidas dos Engenhos da Região e essas famílias foram se ampliando sempre com pessoas da mesma etnia. O povoado hoje conta com uma linha de ônibus que faz percurso diário à sede do município e à capital do estado, Aracaju, possui eletrificação, um posto telefônico, associação de moradores, uma escola de Ensino Fundamental, de Educação Infantil a 8ª. série e outra de 1ª. a 4ª. série. O mercado de trabalho, que antigamente era formado pela agricultura de subsistência e pelo Sindicato dos Arrumadores, fundado por eles e que atuava no Porto de Aracaju, hoje está na dependência de empregos diversos na capital.

¹⁰ Mensagem de um folder turístico da cidade. Laranjeiras – Cidade Histórica Estadual. Laranjeiras - SE: Departamento de Cultura e Turismo de Laranjeiras, 1994. Grifo nosso.

¹¹ Ser chamado (a) de Negro(a) da Mussuca tem o mesmo sentido e intuito que ser chamado(a) de “Negro da Bissina”, referência negativa a Abissínia, atual país africano Etiópia.

¹² O citado professor, graduado em História pela UFS, atualmente é coordenador pedagógico da referida escola e tem, ao longo de sua trajetória, desenvolvido projetos que articulam a educação às culturas locais, a exemplo de um trabalho de formação de grupos culturais mirins, a partir da vivência comunitária.